



ACÓRDÃO Nº 85/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11181/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Borba.
- 4- **Exercício:** 2016.
- 5- **Responsável:** Jose Pedro Freitas Graça (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** João Roberto da Silveira Tapajós – OAB/AM nº 1915 e Bruno Ricardo Lima Tapajós - OAB/AM nº 5.695.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4939/2018-DMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Borba. Exercício de 2016.

Regularidade com ressalvas. Multa. Determinação. Recomendação. Ciência. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas do **Sr. Jose Pedro Freitas Graça**, responsável pela Câmara Municipal de Borba, referente ao exercício de 2016, nos termos do art. 1º, II e art. 22, inciso II, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 5º, II, da Resolução nº 04/2002 – RI/TCE;

10.2. Aplicar Multa ao **Sr. Jose Pedro Freitas Graça** no valor total de **R\$ 11.947,60** (onze mil novecentos e quarenta e sete reais e sessenta centavos), referente à inobservância do prazo legal para a remessa dos documentos contábeis e outros das competências de janeiro a julho/2016, sendo **R\$ 1706,80** (mil setecentos e seis reais e oitenta centavos) para cada mês de atraso, termos do art. 308, I, "a", da Resolução nº 04/2002, que deverá ser recolhida no prazo de 30 (trinta) dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio



ACÓRDÃO Nº 85/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo, ficando, desde já, a DERED autorizada a adotar as medidas previstas no art. 175 da Resolução TCE/AM 04/2002;

- 10.3. Aplicar Multa ao Sr. Jose Pedro Freitas Graça** no valor total de **R\$ 3.413,60** (três mil quatrocentos e treze reais e sessenta centavos), referente à inobservância do prazo legal para a publicação e a remessa dos Relatórios de Gestão Fiscal do 1º e 2º semestres, sendo **R\$ 706,80** (mil setecentos e seis reais e oitenta centavos) para cada semestre de atraso, termos do art. 308, I, "b", da Resolução nº 04/2002 que deverá ser recolhida no prazo de 30 (trinta) dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo, ficando, desde já, a DERED autorizada a adotar as medidas previstas no art. 175 da Resolução TCE/AM 04/2002;
- 10.4. Determinar à Câmara Municipal de Borba** que instaure procedimento administrativo específico para apuração da despesa de diárias pagas a vereadores e servidores da Câmara Municipal de Borba, exercício de 2016, na importância total de **R\$ 11.500,00** (onze mil e quinhentos reais) e, se assim verificado, efetue a cobrança dos valores nos termos da restrição 8 da Notificação nº 001/2017 – CI/DICAMI, sob pena de imputação de penalidade prevista no art. 54, IV, da Lei nº 2.423/1996 c/c art. 308, II, "a", da Resolução nº 04/2002, sem prejuízo as demais cominações legais e regimentais;
- 10.5. Recomendar à Câmara Municipal de Borba** que adote todas as medidas de sua competência com fins de dar o estrito cumprimento ao art. 49, da Lei Complementar nº 101/2000;



ACÓRDÃO Nº 85/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 10.6. Recomendar à Câmara Municipal de Borba** que mantenha atualizadas as informações do respectivo Portal da Transparência e cumpra o estabelecido no art. 94 da Lei nº 4.320/64, sob pena de aplicação de penalidade prevista no art. 54, IV, da Lei nº 2.423/1996 c/c art. 308, II, “a”, da Resolução nº 04/2002;
- 10.7. Determinar** a remessa cópia do Relatório Conclusivo nº 32/2018 – CI/DICAMI (fls. 129/164) à DICAPE junto a este Tribunal de Contas para análise e adoção das providências necessárias acerca de possível acúmulo de cargos da Vereadora Elizabeth Maciel de Souza;
- 10.8. Determinar** à Comissão de inspeção da DICAMI que verifique o estrito cumprimento desta decisão;
- 10.9. Dar ciência** ao **Sr. Jose Pedro Freitas Graça**, Ordenador de despesas, e demais interessados deste Acórdão;
- 10.10 Arquivar**, após cumpridos os itens acima, nos termos do Regimento Interno do TCE/AM.
- 11- Ata:** 3ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- Data da Sessão:** 11 de Fevereiro de 2020
- 13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).
- 14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral, em substituição.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral, em substituição